

Penas por massacre do Carandiru podem prescrever

Responsável por definir punições a PMs, Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu aguardar decisão final do STF sobre indulto de Bolsonaro. Um ano depois, liminar de Rosa Weber que suspendeu medida ainda não foi ao plenário

HYNDARA FREITAS
Reportagem em parceria com o GLOBO

A indefinição da Justiça sobre as penas a serem aplicadas a 74 policiais militares condenados pelas mortes de 111 presos, no episódio conhecido como massacre do Carandiru, podem gerar prescrição e ampliar os mais de 31 anos de impunidade do caso. A demora do Supremo Tribunal Federal (STF) em julgar no plenário uma liminar que suspendeu o perdão dado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) aos PMs tem sido usada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) para postergar sua decisão.

A liminar foi concedida há um ano pela ministra Rosa Weber, hoje aposentada do STF, e até hoje não foi analisada pelos demais ministros da Corte. O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) já pediu por três vezes que o tribunal paulista julgue o caso independentemente da decisão do Supremo, sem sucesso.

O promotor Maurício Lopes, responsável pelos processos, aponta "falta de vontade do tribunal" para resolver o caso e destaca que a sociedade precisa de uma resposta.

— Para quem tem mais de 70 anos, a chance de prescrição é maior. Mas o mais importante é que a sociedade tem direito a uma satisfação



Espera. Presos nas janelas: 74 PMs foram condenados pelas mortes de 111 detentos, mas demora em julgar liminar pode ampliar décadas de impunidade

de mérito sobre isso. A essa altura, acho fundamental que haja uma resposta efetiva, no sentido de que a decisão do júri foi acertada. Se der para cumprir as penas, melhor — afirmou Lopes ao GLOBO.

Há a possibilidade de não haver prisão mesmo após o TJSP definir as penas, porque a defesa poderá recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao STF.

O indulto editado na reta final do mandato de Bolsonaro em 2022 previa o perdão para policiais condenados, ainda que provisoriamente, "por fa-

to praticado há mais de 30 anos" que "não era considerado hediondo no momento de sua prática" — uma redação que se aplicava justamente ao caso do massacre do Carandiru.

Um mês antes, o tribunal paulista havia começado a decidir as penas dos 69 policiais militares ainda vivos — cinco

já haviam morrido — mas o julgamento foi adiado por um pedido de vista. A ideia era retomar o caso "com brevidade", segundo o desembargador Edison Brandão, mas até hoje o julgamento segue travado.

A Procuradoria-

Geral da República (PGR), na época sob a gestão de Augusto Aras, entrou com uma ação no STF contra o decreto de Bolsonaro, e em janeiro Rosa Weber suspendeu a aplicação do trecho do indulto que beneficiaria os militares do Carandiru. Em abril, o Órgão Especial do TJSP analisou uma arguição de inconstitucionalidade do indulto e decidiu esperar uma decisão definitiva do STF. Assim, mesmo com a liminar afastando a aplicação do indulto, os desembargadores decidiram que não poderiam prosseguir com o jul-

gamento das penas dos policiais condenados.

PAUTA DO TRIBUNAL

No STF, o ministro Luiz Fux, relator, liberou a ação para julgamento em maio de 2023, mas é preciso que o presidente da Corte, Luiz Roberto Barroso, inclua o caso na pauta. Por trás do indulto, está uma questão jurídica a ser analisada de forma inédita pelo STF, conforme apontado por Rosa Weber ao julgar a liminar: se a proibição constitucional de indulto para crimes hediondos vale para delitos que não eram considerados hediondos na época do cometimento — homicídios só entraram nessa classificação em 1994.

O processo para julgar os PMs pelo massacre começou em 1996 na Justiça comum, após tramitar na Justiça Militar. Entre 2013 e 2014, os policiais foram considerados culpados pelo tribunal do júri, mas responderam ao processo em liberdade. Ao todo, 74 agentes foram condenados por homicídio, com penas entre 48 a 624 anos. A defesa dos policiais recorreu e, em 2016, o TJSP anulou as penas. Recursos do Ministério Público levaram o caso às últimas instâncias até que o STJ restabeleceu a condenação em 2021. Em 2022, Barroso determinou o retorno do processo ao Tribunal de Justiça.

REUTERS/CONTRASTO (21.10.2011)

10 Camarote

Quem o GLOBO

A melhor cobertura do carnaval e do camarote mais exclusivo da Avenida!

O melhor do carnaval 2024 vai estar no site e nas redes sociais da Quem e do Globo. Além de tudo sobre o Camarote mais animado da Sapucaí, você fica por dentro do mundo das Escolas de Samba, dos famosos, do carnaval de rua e muito mais.

[@quem quemglobo.com](https://www.quemglobo.com)
[@jornalglobo jornalglobo.com.br](https://www.jornalglobo.com.br)

PREPARE-SE, PORQUE VEM AÍ O MAIOR ESPETÁCULO DA TERRA.

Acesse e saiba mais

PATROCÍNIO MASTER

PATROCÍNIO

SHOPPING OFICIAL HOTEL OFICIAL CIA. ÁGUA OFICIAL CERVEJA OFICIAL APÓS PARCERIA